

Residência em MN e RT já podem ser credenciadas

A Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), no dia 17 de dezembro de 2002 elaborou a Resolução N.º 4 que trata das normas para os programas de residência médica em cada uma das especialidades reconhecidas pela Associação Médica Brasileira (AMB), Conselho Federal de Medicina (CFM) e CNRM. O Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem é responsável pela fis-

calização das residências em Radiologia e Diagnóstico por Imagem, Medicina Nuclear e Radioterapia. As duas últimas recém criadas para credenciamento, visto que, tiveram confirmado seu reconhecimento como especialidade apenas há um ano.

De acordo com a Resolução, publicada no último dia 22 de janeiro de 2003 no Diário Oficial da União, cada sociedade de especialidade médica participará

contribuindo através de normas complementares. As instituições de saúde deverão apresentar alguns requisitos mínimos para obter o credenciamento do programa de Residência nos moldes estabelecidos por esta mesma Resolução. Confira nas próximas páginas a íntegra da Resolução N.º 4 e parte da Resolução N.º 5 que aborda as residências das especialidades dos profissionais ligados ao CBR.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MÉDICA

RESOLUÇÃO N.º 4, DE 17 DEZEMBRO 2002

A Comissão Nacional de Residência Médica, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n.º 80.281 de 05/09/1977 e a Lei 6.932 de 07/07/1981, e considerando a dificuldade de interpretação das Resoluções da CNRM por conterem citações sobre o mesmo assunto em diferentes resoluções; considerando que as Leis e Decretos que tratam de assuntos relacionados à Residência Médica não podem ser conflitados pelas Resoluções por ela elaboradas; considerando o que foi decidido e aprovado em Sessão Plenária da Comissão Nacional de Residência Médica realizada em 08.12.2002, nosentido de atualizar e reunir em Resolução única os assuntos contidos nas Resoluções publicadas entre os anos de 1978 a 1999, resolve:

Art. 1.º A Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) é órgão de deliberação coletiva criada nos termos do Decreto número 80.281, de 5 de setembro de 1977, e tem por finalidade estabelecer e orientar normas para o cumprimento dos dispositivos constantes do Decreto supracitado.

CONSTITUIÇÃO

Art. 2.º A CNRM está constituída nos termos dos §§1.º e 3.º do artigo 2.º do Decreto número 91.364 de 21 de junho de 1988.

§ 1.º Os membros da CNRM serão indicados pelas respectivas instituições que representam; § 2.º As instituições representadas na CNRM indicarão o seu representante membro titular da CNRM bem como o seu suplente, que atuará nas faltas e impedimentos do titular.

ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO

Art. 3.º Para o desempenho de suas funções a CNRM funcionará em Plenário e disporá de subcomissões permanentes e extraordinárias.

Art. 4.º O Plenário é constituído pelo conjunto de membros titulares da CNRM ou dos seus respectivos suplentes e instala-se com a presença de metade de seus membros. Parágrafo único. O Plenário somente poderá deliberar por maioria de votos dos membros presentes, constantes da lista de presença à reunião.

Art. 5.º As subcomissões permanentes, em número de duas, deliberam sobre matéria de sua competência e são as seguintes: Subcomissão de Educação e Integração Profissional; Subcomissão de Planejamento, normas e Integração Institucional.

Art. 6.º As subcomissões extraordinárias serão criadas por iniciativa do Presidente ou por proposição de membro do Plenário, aprovada por maioria simples de votos e destinam-se ao exame de matéria específica.

Parágrafo único. As subcomissões extraordinárias funcionarão por prazo de tempo determinado no ato de sua criação, não sendo o mesmo superior a sessenta dias, renovável uma única vez por até mais sessenta dias.

Art. 7.º As subcomissões terão composição mínima de três membros, designados pelo Presidente.

§ 1.º Cada subcomissão elegerá um coordenador de suas atividades entre seus componentes; § 2.º Nenhum membro poderá compor mais de uma sub-comissão permanente.

Art. 8.º Quando a matéria tratar de processo regular de credenciamento ou avaliação de Programas de Residência Médica esta será distribuída em sistema de rodízio entre os Membros do Plenário.

PRESIDÊNCIA

Art. 9.º A Presidência é o órgão de pronunciamento coletivo da CNRM, coordenadora de seus trabalhos, fiscal de cumprimento deste regimento e autoridade superior em matéria administrativa da CNRM.

Art. 10. A Presidência da CNRM é exercida pelo Secretário da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e no seu impedimento pelo Secretário Executivo da CNRM nos termos do Art. 2.º, § 3.º do Decreto número 80.281, de 1977.

SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 11. A Secretaria Executiva compete cumprir as normas da Presidência e coordenar as atividades de apoio técnico-administrativo da CNRM.

§ 1.º Para o exercício de suas funções a Secretaria Executiva contará com o seguinte suporte técnico-administrativo:

Assessoria Técnica; Seção de Informática; Seção de Estatística, Documentação e Divulgação; Seção de Protocolo e Arquivo; Seção de Serviços Gerais; § 2.º Para o exercício de suas atribuições, a Assessoria Técnica será constituída por 2 médicos, dentre os servidores que compõem o quadro da CNRM; § 3.º À Assessoria Técnica, além das atividades que lhe forem conferidas pelo Secretário Executivo da CNRM, compete: a) receber, processar e analisar os pedidos de credenciamento; b) assessorar o Secretário Executivo, as subcomissões e demais membros da CNRM; c) colaborar em estudos e pesquisas de interesse da CNRM; d) prestar informações para propostas e instruções do processo de credenciamento; e) assessorar o Secretário Executivo na elaboração de relatório anual das atividades cumpridas e o plano de trabalho para o ano seguinte; f) elaborar o calendário de reuniões realizadas com todos os membros da CNRM; g) promover e organizar encontros, fóruns, seminários e outras atividades afins, de interesse da CNRM.

Art. 12. A Secretaria Executiva será dirigida por médico, portador de experiência profissional e acadêmica comprovada, designada pelo Ministro da Educação.

COMPETÊNCIA

Art. 13. Compete à Comissão Nacional de Residência:

I) Interpretar o Decreto n.º 80.281/77 e a Lei 6.932/81 e todos os outros Decretos e Leis a ela pertinentes estabelecendo normas e visando suas aplicações; II) Adotar e propor medidas, visando adequação da Residência Médica ao Sistema Único de Saúde; III) Adotar ou propor medidas, visando qualificação, consolidação ou expansão de programas de Residência Médica; IV) Adotar e propor medidas, visando melhoria das condições educacionais e profissionais de Médicos Residentes; V) Adotar e propor medidas, visando valorização do Certificado de Residência; VI) Promover e divulgar estudos sobre a Residência Médica; VII) Adotar e propor medidas, visando articulação da Residência Médica com o internato e com outras formas de pós-graduação.

Art. 14. Ao Plenário compete decidir sobre a matéria de caráter geral ou específico sobre Residência Médica que lhe for atribuída e, ainda, sobre assuntos de sua atribuição fixados pelo Decreto de número 80.281/77.

Parágrafo único. Cabe ao Plenário pronunciar-se de modo conclusivo sobre processos regulares de credenciamento e avaliação de PRM, cabendo a qualquer de seus membros direito de voto em separado.

Art. 15. Compete às subcomissões: a) apreciar processos que lhe forem distribuídos e sobre eles emitir parecer; b) responder às consultas encaminhadas pelo Presidente da CNRM; c) elaborar estudos, normas e instruções por solicitação do Presidente da CNRM, ou do Plenário.

Art. 16. A Presidência compete orientar, coordenar e supervisionar as atividades da CNRM.

Art. 17. A Secretaria Executiva compete:

a) Assessorar o Presidente, as subcomissões e membros da CNRM; b) Promover e elaborar estudos e pesquisas de interesse da CNRM; c) Orientar os trabalhos de credenciamento e avaliação de Programas de Residência Médica; d) Manter cadastro de informações que forneça apoio às atividades da CNRM; e) Avaliar e controlar os resultados das atividades desenvolvidas pela CNRM e propor a revisão de planos de trabalho tendo em vista a programação, coordenação e integração das atividades da CNRM; f) Elaborar relatório anual das atividades cumpridas e o plano de trabalho para o ano seguinte; g) Dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos que lhe compõem a estrutura.

ATRIBUIÇÕES DO PESSOAL

Art. 18. Ao Presidente compete: a) Convocar e presidir as reuniões, seminários e encontros promovidos pela CNRM; b) Aprovar a pauta das reuniões, propostas pela Secretaria Executiva; c) Resolver questões de ordem; d) Exercer, nas sessões plenárias, além do direito de voto, o voto de qualidade em caso de empate; e) Baixar atos decorrentes das decisões do Plenário; f) Designar membros da CNRM para compor as subcomissões; g) Determinar a realização de estudos solicitados pelo Plenário; h) Baixar portarias e outros atos necessários à organização interna da CNRM;

Art. 19. Ao Secretário Executivo compete:

a) Substituir o Presidente da CNRM em seus impedimentos; b) Assumir as incumbências que lhe forem delegadas pelo Presidente da CNRM; c) Dirigir, coordenar, orientar e supervisionar as atividades da Secretaria Executiva; d) Distribuir às subcomissões processos de competência específica das mesmas; e) Adotar ou propor medidas que visem melhoria das técnicas e métodos de trabalho; f) Propor medidas sobre matéria de caráter geral ou específico para apreciação e decisão do Plenário; g) Secretariar as Reuniões do Plenário.

Art. 20. Ao Coordenador de subcomissões compete:

a) Dirigir e supervisionar os trabalhos da respectiva subcomissão; b) Baixar instruções para a organização e o bom andamento dos serviços; c) Relatar e designar relator de processos; d) Exarar despachos em processos que independem de parecer da subcomissão ou de decisão do Plenário.

PARTICIPAÇÃO DAS SOCIEDADES DE ESPECIALIDADES MÉDICAS

Art. 21. Os Programas de Residência Médica serão oferecidos em Instituições de Saúde nas especialidades e áreas de atuação reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM). § 1.º Na determinação de normas complementares para cada especialidade, a CNRM ouvirá as Sociedades Médicas pertinentes, ou, quando inexistentes, ouvirá profissionais de reconhecida competência no campo; § 2.º A Secretaria Executiva poderá convidar, nos termos do Art. 2.º, § 2.º do Decreto 80.281/77, representantes das Sociedades Médicas, para integrarem a Assessoria Técnica da Comissão Nacional de Residência Médica.

REQUISITOS MÍNIMOS DA INSTITUIÇÃO

Art. 22. Para que possa ter reconhecido o seu Programa de Residência Médica, a Instituição deverá sempre preencher os seguintes requisitos mínimos.

I) Ser legalmente constituída e idônea, obedecendo às normas legais aplicáveis quanto a seus recursos humanos, planta física, instalações e equipamentos; II) Definir em Regulamento interno os requisitos de qualificação e as atribuições dos profissionais da área de saúde em exercício na Instituição, sendo de todos exigido elevado padrão ético, bem como padrão técnico e científico compatível com as funções exercidas; III) Prever em Regimento a existência e manutenção do Programa de Residência Médica, garantindo ao Residente o disposto na Lei 6.932 de 07 de julho de 1981; IV) Dispor de serviços básicos e de apoio que contem com pessoal adequado, em número e qualificação, para atendimento ininterrupto às necessidades dos pacientes; V) Dispor dos serviços complementares necessários ao atendimento ininterrupto dos pacientes e aos requisitos mínimos do Programa, de acordo, quando for o caso, com as normas específicas a serem baixadas para cada área ou especialidade em conformidade com o disposto no artigo acima; VI) Dispor de Serviço de Arquivo Médico e Estatística, com normas atualizadas para elaboração de prontuários; VII) Dispor de meios para a prática de necropsia, sempre que cabível tal prática em face da natureza da área ou especialidade; VIII) Possuir programação educacional e científica em funcionamento regular para o seu corpo